



DECRETO N.º 3849, DE 7 DE JUNHO DE 1971

Dá denominação a vias públicas da cidade de Campinas.

O prefeito municipal de Campinas, usando das atribuições que lhe confere o item XIX, do artigo 39, do Decreto-Lei Complementar n.º 9, de 31 de dezembro de 1969,

D E C R E T A:

Artigo 1.º — Ficam denominadas:

I — JOÃO RAMALHO — PATRIARCA DE PIRATININGA — (1490-1580) — a rua 24 da Vila Lemos (2a. parte), com início na rua Eng.º Oswaldo Nascimento de Lemos e término na rua 27 deste loteamento.

II — VASCO JOAQUIM SMITH DE VASCONCELOS — MAGISTRADO ILUSTRE — 1886-1967) — a rua "N" do Jardim do Lago, com início na rua Dr. Manoel Alexandre Meracondes Machado deste loteamento e término na rua João Carlos Nogueis, também deste loteamento.

III — ADAO FOCESI — CIDADÃO PRESTANTE — (1203-1970) — a rua 8 do Jardim do Lago, com início na rua João Carlos Nogueis deste loteamento e término na avenida Senador Antonio Lacerda Franco também deste loteamento.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campinas, 7 de junho de 1971.

DR. ORESTES QUERCIA
PREFEITO MUNICIPAL
DR. JOÃO BAPTISTA MORANO
SECRETÁRIO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
DR. JULIO CÉSAR PILENSO
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Redigido na Consultoria Jurídica da Secretaria dos Negócios Jurídicos, com os elementos constantes dos protocolados administrativos n.ºs 6.603, de 27 de fevereiro de 1970; 11.504, de 13 de abril de 1971 e 15.002, de 14 de maio de 1971, e publicado no Departamento de Expediente do Gabinete do Prefeito em 7 de junho de 1971.

GERALDO CÉSAR BASSOLI CEZARE
CHEFE DO GABINETE



DECRETO N.o. 6835 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1981

DÁ DENOMINAÇÃO A VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS.

O Prefeito Municipal de Campinas, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo item XIX do artigo 39 do Decreto - lei Complementar Estadual N.o. 9, de 31 de dezembro de 1969 (Lei Orgânica dos Municípios),

DECRETA:

Artigo 1o. - Ficam denominadas as seguintes vias públicas:

I - "RUA MADALENA BARBOSA FERREIRA" a Rua 4, do Jardim Lemos, como complemento da Rua Madalena Barbosa Ferreira, com início na Rua Visconde Gomes Pinto e término na Rua Mário de Souza Gomide;

II - "RUA PROFESSOR ADRIANO BOUCAULT" a Rua 5 do Jardim Lemos, como continuação natural da Rua Professor Adriano Boucault, com início na Rua do mesmo nome e término na divisa do loteamento;

III - "RUA JOÃO RAMALHO" a Rua 6 do Jardim Lemos, como continuação natural da Rua João Ramalho, com início na Rua do mesmo nome e término na divisa do loteamento;

IV - "RUA ORLANDO RANDI" a Rua 7 do Jardim Lemos, como continuação natural da Rua Orlando Randi, com início na Rua do mesmo nome e término na divisa do loteamento;

V - "RUA JOÃO CONSTANTINO NUNES" a Rua 8 do Jardim Lemos, como complementação da Rua João Constantino Nunes, com início na Rua Amadeu Mendes e término na Rua Serra Diamantina.

Artigo 2o. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 15 de dezembro de 1981.

DR. FRANCISCO AMARAL
Prefeito Municipal

DR. CARLOS SOARES JÚNIOR
Secretários dos Negócios Jurídicos

ENGO. JURANDYR POMPEO CAMPOS FREIRE
Secretário de Obras e Serviços Públicos



**VIDA
E GLORIA
DAS RUAS
E PRAÇAS
DE
SÃO PAULO**

**MARTIM AFONSO DE SOUSA
E O REI QUE NÃO QUIS
SER VEREADOR**

Sim, foi na segunda metade do século dezanove, particularmente em seu ultimo quartel — diz-se — que, com o declínio das chacaras, certos bairros paulistanos se foram melhor delineando e mais aceleradamente progredindo. Se de um lado da cidade o desdobramento urbano, com base no Brás, alcançou a Mooca e até mesmo o Ipiranga, do outro estendeu-se até a então freguesia das Perdizes, que virou assim bairro, e bairro em franca evolução.

E foi então que ali se foram abrindo umas em seguida a outras, muitas e muitas ruas hoje com razão consideradas vias publicas de primeiro plano. E muito tempo não faz que nova arteria ali surgiu, derivando-se, a principio e com características de estrada, da rua Traipu, hoje uma das boas vias publicas paulistanas. E seu progresso não se fez esperar, tornando-a logo no que hoje é: rua sonhadora, de alma bucolica e de grandes sombras acolhedoras, mas de linhas cruas, rusticas, bem ligadas a

Rua João Ramalho

natureza, a semelhança, assim, da propria figura hirsuta do velho e barbaúdo João Ramalho. Há predios residenciais de arquitetura leve, graciosa, atraente e com atraentes jardins floridos a enfeitar-lhes a entrada. E são todos, ou quase todos eles rodeados de arvoredo viçoso cujos galhos, num ou noutro ponto, entrelaçam-se aos galhos das arvores ornamentais da rua. Assim é que o verde, ali, predomina plenamente. Bem se casa a lembrança daquele homem grandalhão e poderoso, capaz de pôr em pé de guerra, no seu tempo, até cinco mil índios, num dia, e que tanto amou o misterio verde das selvas e a iminencia tragica dos perigos constantes — o intrepido João Ramalho.

Pois esta rua romantica, imensamente bucolica, de acentuada caracteristica residencial, de agradável perspectiva, regularmente calçada e com largas manchas de sombra nos dias ensolarados, é a rua João Ramalho, situada no bairro das Perdizes.

**RAMALHO E O SEU
HABITAT**

Quando Martim Afonso de Sousa aportou a São Vicente, pelas alturas de 1532, foi ali recebido por dois patricios que aqui já se encontravam, havia longo tempo: Antonio Rodrigues e João Ramalho. E sabe-se que João Ramalho, nas suas andanças, foi ter à taba do poderoso Tibiriçá, com quem fez logo boa amizade. E tomou depois Bartira, a filha desse cacique, para sua esposa. E foi sob a sua orientação realizada a que surgiu Santo André da Borda do Campo, que logo passou a vila.

Como seria esse decantado Santo André da Borda do Campo?...

Conta-nos Capistrano de Abreu que naturalmente tinha ele um aspecto selvagem. "A terra era selvagem — diz ele — os casebres de taipa de mão, cobertos de sapê, selvagens: as mulheres mestiças, mal enrodilhadas em panos de algodão, de fisionomias endurecidas pelos trabalhos incessantes, seriam também selvagens; e os homens, na sua rudeza incomparavel, barbuídos e desataviados, possivelmente vestidos de pele, por toda parte alçando o perfil de linces, seriam, entre todos os seres, entre as proprias feras, os mais temerosos e os mais selvagens".

E o certo é que logo o arvaial passou a vila e seu fundador, João Ramalho, ganhou o titulo de "Guarda-Mor do Campo". E sobre ele escreveu o mesmo Capistrano de Abreu: "Fora de duvida está que João

Ramalho foi um dos colonos mais antigos; preferiu o planalto à beira-mar, fez-se respeitado pelos indigenas, entre os quais granjeou numerosa prole. Os hábitos adquiridos em decenios de vida solta incompatibilizaram-no com os jesuitas, de cujas cronicas saiu mal notado. Muito deu que falar o seu testamento, do qual sossamente deduziu frei Gaspar da Madre de Deus que fora ele o verdadeiro descobridor da America; o documento não foi visto só por frei Gaspar, mas até agora não reapareceu".

E foi depois que tudo fizera por São Paulo do Campo, defendendo-o, ajudando-o a progredir, que João Ramalho, já avançado em anos, resolvera



João Ramalho e um de seus filhos, neto de Tibiriçá. (Quadro de J. Wasth Rodrigues)

afastar-se do convívio com os chamados homens civilizados, voltando à sua vida de dantes.

E assim, quando naquele dia 15 de fevereiro de 1564 lhe foram comunicar que a gente de Piratininga o havia eleito para vereador da sua Camara, João Ramalho respondeu, orgulhosamente:

— "Não aceito. Vivo bem no meu exilio. Estou velho. Sou um homem que já passou dos setenta anos... Digam, pois, ao Conselho que João Ramalho declina da honraria, e prefere ficar onde se encontra: prefere acabar seus dias entre os contrarios do Paraíba, na terra dos índios!"

E foi assim que "não quis ser vereador quem era o rei da floresta imensa"...

Gabriel Marques



Nossa terra e nossa gente

A FIGURA INCONFUNDÍVEL DE JOÃO RAMALHO

Carnio

12-9-76

C. S. F.

Não se sabe, ao certo, quando e como aportaram ao Brasil, pouco depois de seu Descobrimento, dois portugueses: Antonio Rodrigues e João Ramalho. Talvez, tenha mesmo este último chegado aqui antes de 1.500, após naufragio no sul do País. Em breve, ambos relacionaram-se com os índios e viveram em paz a nova vida na terra abençoada e selvagem.

Um dia, muitos anos depois, Martim Afonso de Sousa aportou junto à costa da Ilha de S. Vicente, resolvendo aí fundar uma povoação. Os aborígenes, temendo os invasores, revoltaram-se; e quando tudo parecia perdido, chega João Ramalho, e consegue a pacificação. Lançam-se, então, os fundamentos de um arraial; plantam-se roçados; ergue-se um engenho, e São Vicente cresce sob a proteção forte do braço de João Ramalho.

Mas, os portugueses, chegados há pouco, muitos deles fidalgos, outros degredados, não querem trabalhar; desejam apenas explorar o silvícola, a quem maltratam de todas as maneiras. João Ramalho e Antonio Rodrigues sofrem assim muitas desilusões, e resolvem voltar serra cima para a velha cidade de Santo André, que tinham abandonado para socorrer os outros brancos. Este povoado renasce sob a influência de Ramalho, nomeado Capitão-Mor. Mas, em breve São Paulo, erguido pelos jesuitas nos campos de Piratininga, progride e despovoa Santo André. Daí nascem rivalidades e lutas, e este arraial, sem os privilégios daquele, vai morrendo devagar, até desaparecer.

Na História Pátria, tão mal conhecida e pouco estudada, o nome do intrépido e abnegado João Ramalho ficou durante longos anos como um enigma.

de-A figura legendária deste Alcaide-Mor de Santo André tem sido objeto de múltiplas investigações históricas. João Ramalho tem sido muito caluniado; tem tido muitos detratores de sua integridade moral. Mas, aos poucos, a nebulosidade que o envolvia e aclarou, fez-se justiça e ele aparece com seus contornos nítidos e inconfundíveis, como figura central de uma das mais belas páginas de nossa História.

Teria sido judeu? Se o tivesse sido, se tivesse pertencido a esta nobre e grande raça de oprimidos e de vítimas sacrificadas ao fanatismo, este fato teria sido ainda mais uma qualidade e se adicionaria às suas outras. Mas, exaustivas pesquisas de vários historiadores e dentre eles, de Pedro Taques e de F. de Campos Andrade comprovam que João Ramalho não fora efetivamente cristão no-

vo. Tinha ele o foro de cavaleiro, conforme documentos encontrados no Arquivo da Camara de São Paulo, sendo portanto, "homem nobre", condição que de acordo com as leis da época, era incompatível com o fato de ser judeu. Segundo absurdos conceitos, "o judeu era obrigado a trazer carapuça ou chapéu amarelo, para que fosse conhecido, e isto, sob pena de prisão, multa e confisco de bens. Ao judeu disfarçado e ao imprudente cristão novo, que saísse do Reino, a lei punia com a pena última, e o confisco, fatos que não aconteceram com Ramalho.

Acusaram-no alguns de seus detratores de ter sido "por graves crimes, infame". Que crimes seriam estes? Homicídio? Roubo? Perjúrio? Nada de positivo, diz o cronista. Padre Simão, que o detestava, acusa-o apenas de ser um "homem por graves crimes infame", não esclarecendo estes crimes, embora seja muito prolixo em relação aos desmandos de outros colonos, e muito imaginoso em consignar como verdadeiras histórias fantásticas de anões e de Amazonas, de gente com os pés às avessas e de gigantes de 16 palmos, habitantes dos sertões brasileiros.

Nomeado para o cargo honroso de Alcaide-Mor, sendo ainda guerreiro intrepido e aventureiro ousado, tinha Ramalho imenso prestígio com os índios, graças à brandura de seu coração, acrescida da convivência durante anos, mais de quarenta, no seio de uma sociedade, onde constituiu família. Sabe-se que se casara com uma das filhas de Tibiriçá Bartira, união que foi legitimada por ocasião da vinda de Martim Afonso.

Ao contrário do que muitos pensam, João Ramalho não foi polígamo mas tinha vida morigerada e foi exemplar chefe de família. Patriarca de todas as atuais famílias da nobreza paulista, benemérito da pátria de seus filhos, cujos alicerces ajudou a cimentar, emprestando seu braço forte à obra civilizadora, pacificador de índios, João Ramalho é um dos maiores nomes de nossa História no período de nossa formação.

(De Célia Siqueira Farjallat para o "Correio Popular" de Campinas, de 12-09-1976)

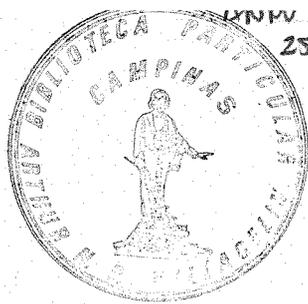


JOAO RAMALHO

O testamento de João Ramalho, que se perdeu, datava de 3 de maio de 1590. No arquivo de José Bonifácio foi encontrada uma cópia dele, a que se referem Silva Leme e outros. Essa é do teor seguinte: "João Ramalho, natural de Bouzella, comarca de Vizeu, filho de João Velho Maldonado e de Catharina Affonso de Balbode e que ao tempo que a esta terra (Brasil) viera, se casara com uma moça que se chamava Catharina Fernandes das Vacas, a qual lhe parece que ao tempo que se della partio para vir cá, que ficara prenhe e que isto haverá alguns 90 anos (eu leio 70 anos, observa o copista, alludindo á interpretação que desse algarismo fez o padre mestre autor das Memorias Impressas) que elle nesta terra está. Da india Izabel, que elle chamava sua criada, teve os seguintes filhos: 1.º André Ramalho, 2.º Joanna Ramalho, 3.º Margarida Ramalho, 4.º Vitorio Ramalho, 5.º Antonio de Macedo, 6.º Marcos Ramalho, 7.º Jordão Ramalho e 8.º Antonio Quaresma". A estes pode-se acrescentar o nome de João Fernandes, consignado nas Atas. A carta de Manuel da Nobrega, publicada por Serafim Leite, refere-se a Vouzela, o que vem confirmar a localidade citada no testamento, de que infelizmente existe apenas a cópia. Azevedo Marques enumera cinco filhos de João Ramalho, entre estes dois que augmentam a lista retro: Beatriz Dias e Francisco Ramalho, este alcunhado o Tamarutaca, que foi casado três vezes. Em torno da grande personagem tem-se afinal tecido uma série de comentários de toda natureza. Os dados documentais escasseiam, porém, sendo quase tudo conjectura. Tomé de Souza, que o conheceu já velho, disse dele prodigios: "não tinha cãs na cabeça e fazia nove leguas antes do jantar". Foi o fundador de Santo André da Borda do Campo, tendo depois occupado em São Paulo o cargo de Capitão da Guerra. Recusou o cargo de vereador, em 1564. Uns dizem-no Judeu e outros catolico, devido ao sinal (um c de trás para diante) que aparece em sua assinatura. Por causa deste sinal, têm-no também como alafabeto, o que alguns contestam. Naufrago e degredado foi para

outros. Não falta quem o dê como tendo vindo espontaneamente em uma das primeiras expedições. Enfim, tão laconicas são as referencias elucidativas sobre ele, que, de certo, de positivo, se pode dizer pouca coisa, e bastante no entanto para consagrá-lo como uma das mais interessantes personalidades da época da fundação.

*



Nossa terra e nossa gente

JOÃO RAMALHO

2.12.73

C. S. F. *Carvalho*

Não se sabe, ao certo, quando e como aportaram ao Brasil, pouco depois de seu descobrimento, dois portugueses: Antonio Rodrigues e João Ramalho. Talvez tenha mesmo este último chegado aqui antes de 1.500, após naufrágio no litoral sul. Em breve, ambos relacionaram-se com os índios e viveram em paz a nova vida na terra abençoada e estranha.

Um dia, muitos anos depois, Martim Afonso de Souza aportou junto às costas da Ilha de São Vicente, resolvendo fundar aí uma povoação. Os aborígenes, temendo os invasores, revoltaram-se; e quando tudo parecia perdido, chegou João Ramalho, conseguindo a pacificação. Lançaram-se, então, os fundamentos de um arraial. Plantaram-se roçados; ergueu-se um engenho, e São Vicente começou a crescer sob a proteção forte do Ramalho.

Mas, os portugueses, chegados há pouco, muitos deles fidalgos, outros degredados, não querem trabalhar, desejando apenas explorar os sirvícolas. João Ramalho e Antonio Rodrigues sofrem assim muitas desiluições, e revolvem voltar serra acima, para a velha Vila de Santo André, que tinham abandonado para socorrer os outros brancos. Este povoado renasce sob a influência de Ramalho, nomeado Capitão-Mor. Mas, em breve, São Paulo, erguido pelos jesuítas nos campos de Piratininga, progride e despoeva Santo André. Daí nascem rivalidades e lutas, e este Arraial, sem os privilégios daquele, vai e morrendo devagas, até desaparecer.

Na História Pátria, tão mal conhecida e tão pouco estudada, o nome do intrépido e abnegado João Ramalho ficou durante longos anos como um enigma. A figura legendária daquele Alcaide-Mor tem sido objeto de múltiplas investigações históricas. João Ramalho tem sido muito caluniado; tem sido muito caluniado; tem tido muitos detratores de sua integridade moral. Mas, aos poucos, a nebulosidade que o envolvia se aclarou, fez-se justiça, e ele aparece com seus contornos nítidos e inconfundíveis, como figura central de uma das mais belas páginas de nossa História.

Teria ele sido judeu? Se o tivesse sido, se tivesse pertencido a esta grande raça de oprimidos e de vítimas sacrificadas ao fanatismo, este fato teria sido mais uma qualidade a se adicionar às suas outras. Mas exaustivas pesquisas de vários historiadores, e dentre eles, de Pedro Taques e de F. Campos de Andrade comprovam que João Ramalho não era um "cristão novo". Tinha ele o foro de cavaleiro, conforme documentos encontrados no Arquivo da Câmara de São Paulo, sendo portanto, "homem nobre", condição que, de acordo com as leis da época, era incompatível com o fato de ser judeu. Segundo absurdos conceitos, "o judeu da época era obrigado a trazer uma carapuça ou chapéu amarelo, para que fosse conhecido, e isso sob pena de prisão, multa e confisco de bens". Ao judeu disfarçado, ao imprudente "cristão novo" que saísse do Reino, a lei punia com a pena última e o confisco, fatos que não aconteceram com Ramalho.

Acusaram-no alguns de seus detratores de ter sido "por graves crimes infame". Que crimes seriam aqueles? Homicídio? Roubo? Perjúrio? Nada de positivo, diz o cronista Padre Simão, que o detestava. Acusa-o apenas de ser um homem "por graves crimes infame", não, esciaticando estes crimes, embora seja muito prolixo em relação aos desmandos de outros colonos, e muito imaginoso em consignar como verdadeiras, históricas fantásticas de anões e Amazonas, de gente com os pés virados para trás, de bichos pavoresos, habitantes das selvas.

Nomeado para o cargo honroso de Alcaide-Mor, sendo ainda guerreiro intrépido e aventureiro ousado, tinha Ramalho imenso prestígio sobre os índios, graças à brandura de seu coração, e à convivência de mais de quarenta anos no seio de uma sociedade, onde havia constituído família. Sabe-se que se casara com uma das filhas de Tibiriçá, chamada Bartira, união que foi legitimada na chegada de Martim Afonso.

Ao contrário do que muitos julgam, Ramalho não foi polígamo; mas tinha vida particular morigerada, e foi exemplar chefe de família. Patriarca de todas as famílias atuais da nobreza paulista, benemérito da Pátria de seus filhos, cujos ali-cerces ajudou a cimentar, emprestando seu braço forte à obra civilizadora, pacificador dos índios, João Ramalho é um dos maiores nomes de nossa História no período de sua formação.

(Recorte do jornal "Correio Popular", de Campinas,
do dia 02-dezembro-1973)



O Patriarca dos bandeirantes

TITO LIVIO FERREIRA

Homem da Beira Alta, João Ramalho, filho de João Vieira Maldonado e Catarina Afonso, nasceu em Vouzela, na serra do Caramulo, por onde corre o rio Vouga, entre Vizeu e Albergaria-a-Velha, em Portugal. Ignora-se a data do seu nascimento. Era fidalgo cavaleiro, segundo carta de D. João II, rei de Portugal. Forá escudeiro da rainha D. Leonor, mulher de D. João II. Deixa a carreira das armas, em Lisboa, pelos perigos do patrimônio da Ordem de Cristo, entre 1492 e 1500. Em 1532, quando Martim Afonso de Sousa arriba a São Vicente, João Ramalho à frente de quinhentos tupis do planalto de Piratininga desce a serra do mar, ou Serra de Paranapiacaba, e vai apresentar suas homenagens ao fundador da Câmara de Vereadores de São Vicente. Martim Afonso de Sousa fizera a viagem de Lisboa ao Rio da Prata, com o mapa de Lopo Homem, cartógrafo de D. Manoel I.º, e publicada em 1519. De 1500 a 1519, em menos de dezenove anos, os marinheiros portugueses tinham feito o reconhecimento do litoral brasileiro da foz do Amazonas ao estuário do Prata, num percurso de cerca de nove mil quilômetros de Norte a Sul, para traçar-lhe os contornos geográficos. E nesse primeiro mapa do patrimônio da Ordem de Cristo, Lopo Homem inscreve nomes de quase cento e cinquenta nomes de acidentes geográficos: rios, cabos, ancoradouros, enseadas, baías e portos.

Na companhia de João Ramalho, Martim Afonso de Sousa vence os precipícios da serra de Paranapiacaba. Atinge o mais alto patamar da montanha. Daí o seu olhar se perde longe entre o céu e o mar, por onde corre a linha sinuosa do horizonte longínquo. O primeiro rei do patrimônio da Ordem de Cristo encontra-se com Tibiriçá, o cacique da tribo Guaianá, e com Bartira, sua filha e a principal companheira de João Ramalho. Assim como fizera em São Vicente, quando em 22 de janeiro de 1532 instalou a primeira Câmara de Vereadores da província de Santa Cruz, patrimônio da Ordem de Cristo, hoje Brasil, Martim Afonso de Sousa instala no planalto, no alto do Inhapuambuçu, entre os Rios Tamanduaté e Anhangabaú, hoje Pátio do Colégio, a Câmara de Vereadores de Piratininga, em 10 de outubro de 1532. E nomeia João Ramalho, Guarda-mor do Campo de Piratininga, pois para isso D. João III, rei de Portugal e Grão-mestre da Ordem de Cristo investira Martim Afonso de Sousa nas funções de primeiro rei da Província de Santa Cruz, mais tarde Estado do Brasil, Vice-Reino do Estado do Brasil, Reino do Brasil integrado no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Império Brasileiro e República Brasileira.

Em 1553, Tomé de Sousa primeiro Governador Geral do Estado do Brasil, sobe ao planalto piratininguara, nomeia João Ramalho Alcaide — mor do Campo de Piratininga e escreve uma carta a D. João III, rei de Portugal e Grão-mestre da Ordem de Cristo, onde diz: "Nestes campos de Piratininga há um português chamado João Ramalho que tantos filhos que nem ousou dizer a Vossa Majestade..."

A pedido de João Ramalho, o desembargador Mem de Sá, terceiro Governador do Estado do Brasil autoriza a transferência da Câmara de Vereadores de Piratininga para Santo André da Borda do Campo, onde passa a funcionar de abril de 1553 em diante. Decorridos vinte e cinco anos de vida política, em Santo André da Borda do Campo, no planalto de Piratininga, surge o primeiro caso de omissão dos deveres do magistrado, a quem incumbia velar pelas liberdades municipais. O capitão e ouvidor Jorge Ferreira, genro de

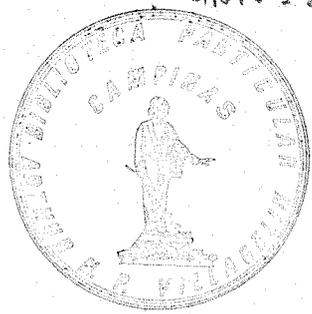
João Ramalho, devia ter recebido a cópia autêntica da ata da eleição realizada no fim do ano de mil e quinhentos e cinquenta e seis. Competia-lhe verificar se ela fora feita nos termos do código eleitoral capitulado nas Ordenações do Reino, a Constituição Política da Monarquia Portuguesa. Passado o prazo legal, esse magistrado não se manifestara. Reúne-se a Câmara de Vereadores de Santo André, no dia oito de janeiro de mil quinhentos e cinquenta e sete e o secretário lavra enérgico protesto contra o capitão e ouvidor da Capitania, alegando que ele "nos quer tomar nossa jurisdição que nos deixou o senhor Tomé de Sousa, governador"... "com todas as liberdades conforme regimento e foral"... "protestamos por todas as perdas e danos e danificações desta vila e bens de orfãos que por falta de justiça se perderem por vossa mercê" não cumprir com o seu dever e "protestamos tirar instrumento de cartas testemunháveis para maior alçada sermos providos com justiça..." Recebido o protesto, o ouvidor saneia o seu ato e a Câmara Municipal de Santo André provida de justiça, porque a Câmara de Vereadores é um organismo jurídico independente, isto é uma "República", conforme se lê na ata lavrada no dia dois de agosto de 1557, da referida municipalidade. O povo não elege o seu rei, mas tem o direito de eleger, direta e livremente, os administradores da sua vila ou cidade. A Câmara de Vereadores de Santa Cruz, hoje Brasil. A Câmara de Vereadores, ou a República Municipal Lusobrasileira, era o governo democrático do povo, pelo povo e para o povo.

E de 1532 a 1822, em duzentos e noventa anos de vida política, de exercício das liberdades municipais, os reis de Portugal jamais intervieram nas Repúblicas de Vereadores Lusobrasileiras.

Vinte e oito anos mais tarde, por motivos de defesa da civilização lusiada ameaçada pelos tamoios do litoral, guiados pelos franceses do Rio de Janeiro, o Padre Manoel da Nóbrega, primeiro secretário da educação no Estado do Brasil, e João Ramalho, alcaide-mor do Campo de Piratininga, pedem ao desembargador Mem de Sá, terceiro governador geral do Estado do Brasil, a mudança legal da Câmara Municipal instalada em Santo André da Borda do Campo, em 1553, para junto do Real Colégio Lusobrasileiro, no primitivo lugar, no alto do Inhapuambuçu, hoje Pátio do Colégio, entre o Anhangabaú e o Tamanduaté, onde Martim Afonso de Sousa a assentou em 10 de outubro de 1552. E ali ficou para o todo sempre.

Em 24 de junho de 1562, a República de Vereadores de São Paulo elege a João Ramalho, Capitão Comandante da defesa da Vila. Em 09 de julho, quinze dias depois, os tamoios a atacam. Após três dias de combate, João Ramalho à frente dos portugueses e Martim Afonso Tibiriçá na vanguarda dos guaianás, vencem os assaltantes, postos em fuga pela serra do mar abaixo. Em 30 de abril de 1564, João Ramalho é notificado a assumir o cargo de Capitão-mor da Vila e providenciar a sua defesa. Eleito vereador à Câmara Municipal de São Paulo em 1564, ele não assume as suas funções, por estar muito velho. Na vila de São Paulo, em 03 de maio de 1580, o tabelião de notas Lourenço Vaz lavra o testamento de João Ramalho, onde ele declara ter noventa anos de residência na Capitania de São Vicente. Assinam o documento além do testador, o Juiz ordinário e presidente da Câmara de Vereadores Pedro Dias com quatro testemunhas. Pouco depois o velho povoador piratininguara teria falecido. Seu corpo, ao lado de Isabel Bartira, sua mulher, está depositado na cripta da catedral de São Paulo. João Ramalho cria a Escola de Sertanistas em Santo André da Borda do Campo, em continuidade à Escola de Sages, fundada pelo Infante D. Henrique, Príncipe do Atlântico. Transferida para São Paulo, é a Escola dos Bandeirantes, devassadores, povoadores e civilizadores do patrimônio da Ordem de Cristo, hoje República Brasileira. E povoar é civilizar, humanizando.

(Próximo artigo: "O patriarca da Bahia")



SEGREDOS E REVELAÇÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL

O BACHAREL DA ORDEM DE SÃO JOÃO RAMALHO

Quem era e de onde veio — Judeu, cristão novo ou bacharel? — O risco motivado pela sua assinatura — Um cohen decaído — O degredado de Cananã — As relações estabelecidas com os jesuítas — São Paulo vence Santo André.

Por GUSTAVO BARROSO

(Da Academia Brasileira de Letras — Director do Museu Histórico)

QUEM era esse famoso João Ramalho, fundador do arraial mameluco de Santo André da Borda do Campo, que antecedeu a fundação da Vila de S. Paulo de Piratininga? Se conhecermos a projeção dessa figura nas primeiras páginas da história paulistana, o nevoeiro do mistério envolve a sua origem. Certo, certo nada se pode com absoluta certeza afirmar sobre a sua origem e de onde ou como veio para o Brasil quincentista.

Para uns, tratava-se dum cristão-novo ou judeu escapo de Portugal para as terras americanas livres da Inquisição, onde era fácil a ocultação aos perseguidores. Por isso, segundo escreve Solidônio Leite Filho em "Os Judeus no Brasil", não era de admirar que "as famílias hebraicas tivessem emigrado para a América Portuguesa, onde, livres do Santo Ofício, viviam na mais absoluta tranquilidade, guardando a lei de Moisés". Rodolfo Garcia acha em "Os Judeus no Brasil colonial" que "o Caramuru, João Ramalho, Francisco de Chaves, o próprio misterioso Bacharel de Cananã, aquele castelhano que vivia no Rio Grande do Norte, entre os potiguaras, com os beijos furados como os deles, e tantos outros desconhecidos — seriam quiçá desse número de judeus colonizadores espontâneos das terras de Santa Cruz". E o citado Solidônio Leite Filho afirma textualmente que os nossos primeiros núcleos de população se formaram somente com judeus e degredados, o que é um exagero manifesto, senão uma mentira histórica.

A tese de João Ramalho conta outros defensores. O Dr. Isaquze Izeckson, por exemplo, declara no seu trabalho "A contribuição judaica na formação da nacionalidade brasileira" que basta a demonstrar o judaísmo do genro de Tibiriçá "o ódio que sempre teve pelos jesuítas, mantendo contra eles uma luta incessante, o que naquela época de fanatismo e submissão ao clero era de estranhar". Acrescenta a isto uma curiosidade, embora mal escrita, página racista e cabalista: "Mas o que confirma incontestavelmente a origem judaica de João Ramalho deu origem a inúmeras controvérsias. Grande número de historiadores negava-lhe todo valor, achando que se tratava dum traço sem sentido; outros afirmavam o contrário, sem apresentar, porém, argumentos convincentes. No princípio deste século, foi publicado um trabalho em que o kaf de João Ramalho (risco bizarro que se vê na sua assinatura) era apresentado como um signo esotérico, cabalístico, o que, apesar de se não prender bem ao caso, viria indicar que João Ramalho era um estudioso da Cabala, como a maioria dos judeus daquela época. Hoje, porém, com os estudos do Sr. Ben Israel (diretor do "Almanaque Israelita do Brasil"), podemos afirmar que a questão se acha plenamente esclarecida e pela afirmativa. Trata-se dum kaf, um verdadeiro Kaf, sem sentido cabalístico, e esse Kaf demonstra que João Ramalho era judeu, do mais puro-sangue. O Sr. Ben-Israel demonstra que todo judeu pertencente à estirpe dos cohanim, plural de cohen, descendentes de Aarão, sacerdotes hereditários do povo judeu, acrescentam, ainda hoje, à sua assinatura duas letras hebraicas, um kaf e um tzedek, iniciais das duas palavras cohen tzedek, isto é cohen puro. Destas duas letras, formou-se até um nome: Katz, que é hoje o sobrenome de muitas famílias israelitas. O cohen que por qualquer modo infringe a religião não pode ser considerado puro e não tem direito a usar o tzedek. Deve, portanto, limitar-se a assinar com o kaf, simplesmente. Ora, João Ramalho, que tinha casado com uma gentia, a filha de Tebiriçá, infringira as regras da proibição e tinha deixado de ser um cohen puro, cohen tzedek, tornando-se um cohen simples, que só tinha direito a assinar com o kaf. O Sr. Israel demonstra, pois, cabalmente, que João Ramalho era um judeu, tão consciente do seu judaísmo que, apesar de isolado num mundo distante, não deixa de cumprir, na medida do possível, os preceitos de sua religião. Com isso fica afirmado que o movimento inicial para a formação da grande metrópole, que é o S. Paulo de hoje, foi um movimento promovido por um judeu..."

Judeu ou não, João Ramalho se apresenta no amanhecer do Brasil como figura complexa e singular. Seu arraial é mais um valhacouto de criminosos do que propriamente um núcleo colonizador. Ali quem manda é a força. Da lei de Deus não há voz que fale. A voz mais poderosa é mesmo a do aventureiro, casado com a filha Bartira, que ninguém sabe de onde veio, se é cristão-novo temeroso das fúrias do Santo Ofício, se é um criminoso fugitivo das justizas do Reino, se é um simples aventureiro ávido de correr mundo, se é um navegador atraído à costa pela perdição duma nau carregada de

Brasil, pois Martim Afonso de Souza o encontrara em S. Vicente, na companhia dos Guianases. Ao Padre Nóbrega, para sacramentar sua união com a filha do Chefe Tebiriçá, confessou ser natural de Vouzela, na Beira Alta, onde deixara a mulher ao vir para o Brasil ainda muito moço, por volta de 1513. Sendo isso verdade, viera como emigrante voluntário, tangido pela cupidiz e pela curiosidade. Aqui, na liberdade da selva, a povoara de mestiços e filhos de várias concubinas.

A elevação do arraial de Santo André da Borda do Campo a vila, com pelourinho e câmara, melhorou a ordem pública no povoado. Houve rigor nas entradas e saídas de gente. Foi quando os Jesuítas escolheram o planalto para sede do seu novo foco de catequese. De início, na melhor paz e confraternização com os Padres, João Ramalho ajudou Nóbrega. As divergências nasceram e se envenenaram mais tarde, de modo que se não pode afirmar tenha sido sempre o misterioso povoador inimigo dos catequistas incansáveis. A 25 de janeiro de 1554, a primeira missa rezada em Piratininga pelo Padre Manuel de Paiva, acolitado pelo noviço José de Anchieta, nos poucos alqueires de terra entre o Tamanduatê e o Anhangabaú, marcou o início do desenvolvimento da nova vila de S. Paulo de Piratininga e da decadência e morte do arraial primitivo.

Isso determinaria, com o andar dos dias, o despeito e a má vontade da gente de João Ramalho, que açulou a indiada contra os padres. Naturalmente chegaria aquele momento em que esses sentimentos se polarizariam no chefe da grei e ditariam as suas ações subsequentes. A repressão à licenciosidade dos mamelucos agravaria as relações entre os dois núcleos de povoamento, o que morria, tendo terminado o seu ciclo, o que nascia, começando o seu.

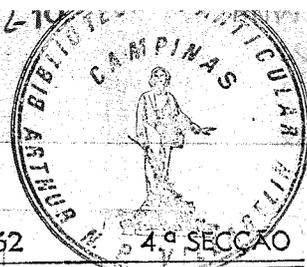
No "Diário da Navegação" de Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso de Souza, fundador de São Vicente, se encontra a notícia dum Bacharel, que, na companhia de Francisco de Chaves, língua ou intérprete na costa, entre os navegantes e o gentio, de meia dúzia de castelhanos, veio, trazido pelo piloto Pedro Anes, a bordo do navio de Martim Afonso fundeado na Ilha do Abrigo, proximidades de Cananã. Era um dos poucos brancos desgarrados pelo vasto litoral brasileiro afora. Isso foi em 1531. Em 1527, quatro anos antes, já o havia encontrado o piloto português a serviço do Rei de Espanha Diego Garcia, o qual escreve que esse Bacharel ali vivia desde uns 30 anos, o que se fosse verdade o faria ter chegado ao Brasil antes de Pedro Álvares Cabral. O certo é que tinha muitos genros e queria negociar com escravos.

Entende Cândido Mendes que esse Bacharel e João Ramalho são uma única pessoa. Critica-o o Padre Galanti nestas palavras: "Nem se pode tampouco identificar esse bacharel com João Ramalho, que era analfabeto (sic), e por isso não era possível que fosse bacharel. Nem se diga que lhe davam o título como alcunha, porque neste caso lh'o teriam conservado, e diriam: João Ramalho, o Bacharel. Afirmar com Cândido Mendes que esse bacharel, vivendo entre os selvagens, tinha esquecido tudo, e por isso parecia analfabeto, cremos que é demais. A não falarmos no Frei Gaspar, cuja boa-fé em nossos dias é reconhecida como duvidosa, todos admitem que João Ramalho veio a estas terras pelos anos de 1515, ao passo que o bacharel morava cá desde 1502. O bacharel tinha numerosos genros, e por conseguinte filhas: as filhas de João Ramalho foram apenas duas, Beatriz e Joana, as quais se casaram com Lopo Dias e Jorge Ferreira, portugueses vindos na frota de Martim Afonso. O bacharel, sendo degredado, não poderia preencher ofícios públicos, como os ocupou Ramalho, o qual, embora de mau caráter, entregue a vícios baixos, não era degredado". De fato, João Ramalho fora Alcaide-mor de Santo André da Borda do Campo.

A tese do analfabetismo de João Ramalho, esposada entre outros pelo Padre Galanti, põe abaixo todos aqueles andaimos do kaf de sua assinatura, quer como signo cabalístico, quer como inicial dum cohen que se tornara impuro casando com a índia ou, melhor, cruzando com as índias.

A verdade verdadeira é que a documentação de que até hoje dispomos não nos permite decifrar a charada que representa na aurora da história de S. Paulo a presença de João Ramalho. De um momento para outro, no entanto, a chave deste grande enigma, ainda pode vir a ser encontrada definitivamente.

C. MUNICIPAL da primitiva Vila de São Paulo de Piratininga.



BANDEIRANTES DO BRASIL

JOÃO RAMALHO

(PATRIARCA DOS BANDEIRANTES)

Homem da Beira Alta, João Ramalho nasceu em Portugal, em Vouzela, na serra do Caramulo, por onde escorrega o rio Vouga, entre Vizeu e Albergaria-a-Velha. Ignora-se a data do seu nascimento. Era fidalgo. Fora escudeiro da rainha, uma das esposas de D. Manuel I, o Venturoso. Deixa a corte de Lisboa e a carreira das armas, pelos perigos da Província de Santa Cruz, para servir melhor a Monarquia Portuguesa. Embarca numa caravela na foz do rio Tejo. E arriba às praias da Bertioega talvez ainda antes de Pedro Álvares Cabral ter chegado a Porto Seguro, na Bahia, em 22 de abril de 1500.

De 1500 em diante os portugueses começam a reconhecer o litoral da América lusitana. Eles madrugam nas praias cabralinas. Em 1519 é publicado em Lisboa um mapa assinado pelo cartógrafo Lopo Homem onde aparece, pela primeira vez, a perspectiva da costa brasileira desde a foz do rio Amazonas até o estuário do rio da Prata. E já figuram nele os nomes de cento e cinquenta acidentes geográficos — enseadas, cabos, ancoradouros, rios, baías e baixios.

Em 1530 Martim Afonso de Sousa é nomeado Governador da Província de Santa Cruz, por el-rei D. João III, o Venturoso, filho de D. Manuel I, o Venturoso. A armada martim-afonsina atravessa o Atlântico e aporta a Pernambuco, onde havia uma feitoria portuguesa desde 1490. Em seguida veleja todo o litoral até o estuário do rio da Prata. Regressa e ancora na Bertioega. Para se defender dos ataques dos selvagens ergue ali uma fortaleza. Recebe então a visita de João Ramalho à frente de quinhentos guaianás armados de arco e flecha, por ele comandados. Ramalho conta a Martim Afonso de Sousa como descera um dia, naquelas praias desertas onde o mar cantarolava na areia clara. Diante de seus olhos cheios das planas solidões marinhas, erguia-se a soberba imponência da serra de Paranapiacaba, como se quisesse trancar-lhe o caminho ao passo ousado. Era uma provocação lançada à sua audácia. Mais alta era a serra da Estrela, em Portugal, donde viera. Responde do desafio geográfico dos paredões abruptos recortados no perfil da montanha negaceante. Pelo trilho dos indígenas, atravessando o lagamar do Cubatão, vence os contratorres da serra. Faz a escalada quase a pique, pelo pior caminho do mundo. E marcha para a conquista solitária e para o devassamento coletivo do sertão misterioso.

João Ramalho atingira o mais alto patamar da serra. Dali o seu olhar se alarga até perder-se longe, entre o céu e o mar, na linha cinzenta do horizonte longínquo. Volta-se depois para a terra e continua a caminhada floresta a dentro. O chefe da tribo guaianá, batizado mais tarde luso-cristãmente com o nome de Martim Afonso Tibiriçá, em homenagem ao donatário da Capitania de São Vicente, acolhera-o sem reservas. Na filha de Tibiriçá, chamada Bartira, também batizada com o nome cristão de Isabel, Ramalho encontra a companheira e a mãe de seus filhos. E dessa união lírica em plena selva, nascem os primeiros luso-paulistas, nos altiplanos piratininguaras.

Tudo isso, e muito mais, fora narrado pelo vouzelense, fronteiriço da Borda do Campo. Em seguida convida Martim Afonso de Sousa a visitar com ele o vale do Tietê, nos campos de serra-a-cima. O outono doirava as verdes florestas seculares. Pouco antes, Martim Afonso de Sousa presidira em São Vicente a primeira eleição popular realizada no continente

americano. Instalara o primeiro Conselho Português, isto é, a primeira Câmara Municipal luso-brasileira nas Américas. E no dia 22 de janeiro de 1532 começa a funcionar a Câmara Municipal de São Vicente, berço da democracia em todo o território do Novo Mundo.

Em companhia de João Ramalho, Martim Afonso de Sousa alcança os campos de Piratininga. Em outubro de 1532 preside as primeiras eleições e instala a Câmara Municipal de Piratininga. Mais tarde seus moradores portugueses abandonam a vila nascente e regressam ao litoral, por ser muito difícil a comunicação entre o mar e a serra. E o governador da Província de Santa Cruz nomeia então João Ramalho Guarda-mór do Campo.

Decorridos vinte anos, em fins de 1550, João Ramalho recebe a visita de seu patricio, o Padre Leonardo Nunes. O jesuíta Leonardo Nunes fora mandado pelo Padre Manoel da Nobrega, primeiro Secretário da Educação do Estado do Brasil, província da Monarquia Portuguesa, para instalar o Real Colégio de São Vicente. Fez porque os Colégios onde os jesuítas eram professores pagos pela Coroa Portuguesa, pertenciam a sua majestade, o rei de Portugal. E assim os jesuítas, empregados na catequese e no ensino, eram funcionários públicos.

A pedido de Leonardo Nunes, João Ramalho constrói, na Borda do Campo, uma capelinha consagrada a Santo André, nome do filho mais velho de Ramalho e Isabel. Para legitimar os filhos do casal, Padre Nunes deseja uni-los perante a Igreja. Ramalho conta-lhe que era casado. Em Vouzela deixara mulher legítima, quando partira. Por isso não podia contrair novo matrimônio, enquanto não soubesse da morte de Catarina Fernandes, sua esposa perante Deus. Padre Nunes não acredita na explicação do Guarda-mór do Campo. Deixa de celebrar a missa com a presença dele. Mandando sair da igreja, João Ramalho retira-se do recinto sagrado. Terminado o ofício divino, os filhos de Ramalho querem bater no jesuíta. A violência está prestes a consumir-se. Isabel grita com os filhos. Estes obedecem à voz materna e retiram-se. E padre Leonardo Nunes não volta mais a Santo André da Borda do Campo.

Naquele fim de agosto de 1553, Padre Manoel da Nobrega em companhia do Padre Manoel de Paiva e do Irmão Antonio Rodrigues batem à porta de João Ramalho, em Santo André da Borda do Campo. Foi emocionante o encontro desses homens. Padre Manoel de Paiva era primo de João Ramalho. Nobrega estabelecera, a 29 de agosto de 1553, a primeira escola do rei, no planalto, no mesmo local onde vinte e um anos antes, Martim Afonso de Sousa presidira as primeiras eleições populares para instalar a Câmara Municipal de Piratininga. Padre Nobrega nomeia o Irmão Antonio Rodrigues primeiro mestre-escola dos corumins, porque ele fala a língua tupi correntemente. Esse idioma é-lhe tão familiar como a língua portuguesa. Nem poderia ensinar a crianças se não soubesse a linguagem delas. Padre Manoel da Nobrega escreve ao padre Luiz Gonçalves da Câmara em Portugal, a quem dá essas notícias. Solicita-lhe que mande alguém a Vouzela, informar-se a respeito de Catarina Fernandes, porque João Ramalho quer casar-se aqui com Isabel, a mãe de seus filhos. E com André Ramalho, o filho mais velho do casal, Padre Manoel da Nobrega vai até a aldeia de Manicóba, hoje a cidade de Itu, donde regressa a São Vicente.

Em junho de 1560, a pedido do Padre Manoel da Nobrega, com a anuência de João Ramalho, o desembargador Mem de Sá, terceiro governador do Estado do Brasil, ordena a mudança da Câmara Municipal de Santo André da Borda do Campo para o Patio do Colégio de São Paulo de Piratininga, Nobrega fundara e instalara esse Real Colégio em 25 de janeiro de 1554. Santo André fora fundado por João Ramalho. A Câmara Municipal começara a funcionar em Santo André no dia 8 de abril de 1553. E a vida municipal andressa continua na vida administrativa piratiningana de junho de 1560 em diante.

Essa mudança verifica-se porque os tamoios do litoral, aliados aos franceses de Guanabara, ameaçam a civilização luso-cristã dos piratininguaras.

A 28 de maio de 1562 João Ramalho é nomeado Capitão-mór da vila de São Paulo, pelo capitão general da Capitania de São Vicente, João Colaço. Perante a Câmara Municipal de São Paulo, em 24 de junho de 1562 o Capitão-mór João Ramalho assume o exercício do cargo, com prestar o juramento sobre os Evangelhos, nos termos das Ordenações do Reino. Aclamado pelo povo e a Câmara Municipal, o Capitão-mór João Ramalho faz a defesa da cidade, auxiliado pelo seu Alferes Martim Afonso Tibiriçá. Ao lado dos tamoios fica Jaguanhará, o Cão Bravo, sobrinho do Tenente Tibiriçá. Os portugueses e os guaianás lutam em defesa do luso-cristianismo. A 9 de julho de 1562 os tamoios atacam São Paulo. O seu impeto se quebra contra a resistência encontrada. No terceiro dia, o Alferes Martim Afonso Tibiriçá sai a campo armado de borduna e de bandeira alçada. E põe em debandada os assaltantes, após três dias de intenso combate.

A 30 de abril de 1563, o Capitão-mór João Ramalho comparece à sessão da Câmara Municipal, onde o procurador do Concelho lhe requer fosse fornecida a necessária polvora para a defesa da cidade, porque os tamoios se preparavam para assaltá-la de novo. No fim desse ano, o Capitão-mór João Ramalho é eleito vereador à Câmara Municipal de São Paulo. A 15 de fevereiro de 1564, a Câmara Municipal em peso comparece à casa do vereador Luiz Martins onde João Ramalho estava hospedado. Os camaristas requerem ao Capitão-mór Ramalho que aceite o cargo para o qual fora eleito pelo povo de Piratininga. João Ramalho alega ser homem velho, com mais de setenta anos. Não podia servir o cargo por estar em guerra com os tamoios do vale do Paraíba. E por isso declinava da honra conferida pelos paulistanos.

Em 1560 faz o seu testamento perante o tabelião da cidade de São Paulo. Nesse documento afirma ter mais de noventa anos de residência no vale do Tietê, cujo cenário maravilhoso estava, para sempre, guardado nos seus olhos. Pouco depois ele morre. Foi enterrado no cenário maravilhoso da maravilhosa terra. E por ela dera a sua vida, a sua inteligência, a sua lealdade, na defesa do luso-cristianismo, onde se fundam a civilização grega, o espírito jurídico romano e a teologia judeo-cristã.

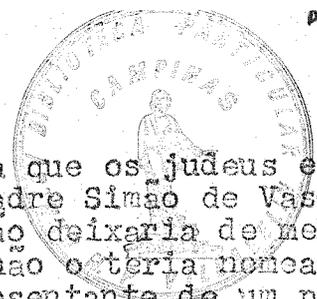
João Ramalho fundara em Santo André da Borda do Campo uma Escola de Sertanistas para o devassamento e ocupação do Estado do Brasil, em continuidade à Escola de Sagres. Os Sertanistas chamam-se Bandeirantes. Daí João Ramalho ser o Patriarca dos Bandeirantes do Brasil. E do casal Ramalho e Isabel descendem as mais antigas famílias brasileiras.

JOÃO RAMALHO

(Extraído de "Informações Históricas sobre São Paulo no Século de Sua Fundação" de Edith Porchat Rodrigues) pag. 103).



João RAMALHO - Português, natural de Vouzela, Termo de Coimbra, segundo carta de Tomé de Souza. Filho de João Velho Maldonado e Catarina Afonso, de Balbode (talvez Valrina Fernandes das Vacas (523-Washibgotn Luiz-Testamento de João Ramalho-em Rev. Inst. Hist. Geog. S. Paulo-t. IX (1904) pag 564) Suva vida é cheia de mistérios, não tendo sido possível, até hoje, esclarecer vários aspectos de sua personalidade. EM QUE ANO TERIA CHEGADO AO BRASIL? (ANO)- não se sabe ao certo, assim como são também ignorados os motivos que o trouxeram para cá. Talvez fosse aventureiro, ou degredado, talvez naufrago de algum navio arrojado às terras da América, entre 1469 e 1495, quando os portugueses faziam as suas viagens de exploração. Na opinião de alguns historiadores, teria vindo para o Brasil na armada de Gonçalo Coelho em 1503. Nobrega, em carta dirigida a Portugal, assinala sua chegada em 1513, ou pouco antes (Ser. Leite-Novas Cartas Jesuíticas-pag. 52). Era parente do Padre Manuel de Paiva; Energico, de porte agigantado, respeitado em todo o sul do continente, representa o tronco mais antigo da família paulista. Com seus descendentes mamelucos, estabeleceu postos, no litoral, para fazer comércio com os europeus. Vendia índios prisioneiros de guerra, construía bergantis e reabastecia os navios em trânsito, defendendo-os ao mesmo tempo, contra os ataques dos selvagens. Depois da fundação de Santo André da Borda do Campo, situada ~~XXXXXX~~ a pouco mais de um quilometro da atual cidade de São Bernardo do Campo, para lá mudou, segundo dizem, com toda a família. Entretanto, os documentos revelam que possuía terras em "Jaguaporecuba" perto da aldeia de Ururai (São Miguel) 530 (Reg. Geral da Câmara de São Paulo - t. I - pag. 354). Santo André núcleo de gente ~~XXXXXX~~ rude, disposta a enfrentar todos os perigos, foi, apesar de não possuir paroco nem padre, a primeira povoação de cristãos no planalto de Piratininga (531) Ser. Leite - H. Cia. Jesus - t. I - pag. 282). Para lá iam os jesuítas, aos domingos e os dias santos, celebrar missa, administrar os sacramentos, pregar ~~XXXXXX~~ aos brancos e doutrinar os índios. A "Borda do Campo", era o limite entre os campos de Piratininga e as matas desconhecidas da serra de Paranapiacaba. No dizer de Taignay, era o primeiro marco da conquista do Brasil. Ramalho exercia influencia sobre milhares de índios. Vivia maritalmente com Bartira, (ou Mb'cy), filha de Tibiça, cacique da aldeia de Inhapuambuçu, seu grande amigo e colaborador. Servindo de intermediário e protetor dos portugueses, muito auxiliou a Martin Afonso de Souza (1532) na fundação de São Vicente. Tomé de Souza, em visita aos campos de Piratininga, nomeou-o a alcaide mor de Santo André, elevada a 1553 a categoria de vila. Em 1562, foi nomeado, pela Câmara e pelo povo, capitão de guerra da vila de São Paulo. Eleito vereador em 1564, recusou o cargo, alegando já ter passado dos 70 anos, segundo consta da ata existente no arquivo da Câmara de São Paulo. Nesse documento sua assinatura aparece com sinal em forma de ferradura, colovada entre os dois nomes, escritos segundo Varhagen, com letra do escrivão. Seria analfabeto? - Seus dois nomes pela diversidade de letras com que aparece nas atas, davam impressão de terem sido escrito por pessoas diferentes o que levou muitos historiadores a supor que ele fosse analfabeto. O sinal que usava como assinatura probocou muitos estudos e discussões. Na opinião de M. Pereira Guimarães, o fato de ser a assinatura traçada por sinal simbólico, nem sempre indica que o autor seja analfabeto. Era sistema até muito usado entre impressores, pintores, celebres de cerâmica, etc. João Ramalho com aquele emblema estaria apenas imitando o costume que por comodidade, adotavam os grandes personagens da época, como reis, papas e bispos. Segundo Gomes Ribeiro, Ramalho não podia ser analfabeto, pois o título de alcaide mor, por si só, exigia que seu portador soubesse pelo menos, ler e escrever. Além disso, o sinal que usava como assinatura era insignia de cavaleiro fidalgo. SERIA JUDEU? - Teodoro Sampaio, apoiado nos conhecimentos de literatura oriental de Horácio de Carvalho, aventa a hipótese cabalística: aquele sinal seria o símbolo judaico, o "Kaf", que representa a cruz. Sugere também ser Ramalho um dos muitos judeus expatriados de Portugal nos princípios do reinado de D. Manuel. Se assim fosse porém, não seria natural que ostentasse na assinatura



assinatura o sinal de sua seita, numa época que os judeus eram desápiadadamente perseguidos pela Inquisição. O padre Simão de Vasconcelos, em suas terríveis acusações a João Ramalho, não deixaria de mencionar tão importante fato, e Martim Afonso de Souza não o teria nomeado capitão-mor de São Paulo de Piratininga, como representante de um povo católico, dirigido pelos padres da Companhia de Jesus. TERIA SIDO INIMIGO DOS JESUITAS? - A princípio, as relações entre Ramalho e os jeuitas foram pouco amistosas, pela vida descegrada que levava entre os índios. Certa vez, entrando numa igreja, foi convidado pelo padre Leonardo Nunes a retirar-se por não viver de acordo com os preceitos da religião. Houve reação por parte de seus filhos. No entanto, demonstra Nóbrega claramente, em uma de suas cartas, as boas intenções de Ramalho cara com a religião católica. Quando Nóbrega, em 1553, andava pelos campos de Piratininga, a procura de local para estabelecer o collegio de São Paulo, encontrou-se com Ramalho, que lhe contou seu passado: - Havia quarenta anos, ainda moço, viera para o Brasil, tendo deixado Portugal a esposa, de quem nunca mais recebeu notícias. Perguntava se não haveria meio de legalizar, perante a igreja, sua união com Bartira, índia batisada com o nome de Isabel Dias. Fazia muitos anos que viviam juntos, e tinham filhas casadas com os principais homens da capitania. Se isso lhe custasse alguma coisa, poderia pagar a dívida com açúcar. - Nóbrega escreveu imediatamente ao padre Luiz Gonçalves da Câmara em Portugal (538-Ser. Leite-op. cit. - Boas Cartas Jesuíticas - pags. 52-53), pedindo-lhe que, depois de mandar saber em Vouzela se a esposa de Ramalho a inda vivia, procurasse obter licença do papa para o casamento, assim como para a regularização de outras relações ilícitas entre os mestiços. Os resultados da indagação não foram encontrados até hoje, mas, por essa carta, vemos que Ramalho vivia em bons termos com a Companhia de Jesus, ao contrario de que possam fazer supor as opiniões do padre Simão de Vasconcelos. Em suas excursões pelo sertão, Nóbrega, se fazia acompanhar por André, filho mais velho de João Ramalho. Se este fosse excomungado e facinora, como alguns autores tentaram classificá-lo, não teria prestado juramento sobre os Santos Evangelhos, quando foi investido no cargo de capitão da vila de São Paulo, nem teria sido eleito vereador da mesma vila, durante o predomínio dos jesuitas. É sabido que mantinha certa animosidade com os padres, por terem eles pretendido extinguir a vila de Santo André que levantara em terras de sua propriedade, doadas por Martim Afonso de Souza, onde já havia contruido fortificações e obras publicas. Mais tarde, entantanto, reconhecendo a situação topografica de São Paulo, proporcionava maior segurança aos colonos, constantemente expostos aos ataques dos índios, consentiu abnegadamente em que a vila de Santo André fosse afinal mudada para a de São Paulo de Piratininga, a qual se incorporou, em 1560 por ordem de Mem de Sa. No entanto, se lhe aprouvesse, poderia reunir seus índios e com eles aniquilar a nascente vila de Piratininga, pois preferiam morar em Santo André sob a sua proteção. Depois da morte de Tibiriça, retraiu-se, apesar de todas as honras que lhe prestavam os jesuitas e paulistas, e foi morrer "em terras dos contrários do Paraíba" (539 Tainay-São Paulo no sec. XVI - p.192). Segundo frei Gaspar da Madre de Deus, o testamento de João Ramalho (feito pelo tabelião Lourenço Vaz), tinha a data de 1580, ano que morreu, e declarava ter ele, nessa ocasião "alguns 90 anos" de existência no Brasil. Parece ter-se enganado frei Gaspar na referencia feita ao numero de anos que Ramalho viveu no Brasil e a letra do escrivão teria ocasionado o equívoco: 90 em lugar de 70. Washington Luiz mostrou-nos a copia desse testamento, reproduzido pelo proprio punho de José Bonifácio, o Patriarca. Candido Mendes de Almeida e de parecer que João Ramalho teria sido o bacharel de Cananéia. (541) - Candido Mendes de Almeida - em Rev. Ind. Hist. Geog. Br. - 7. XL (1877) parte 2a - p ag. 178).

Copiado em 2.7.1957.